

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@tribuna.com.br
Telefone 2102-7269

PORTO & MAR

Lideranças empresariais querem negociar alta do ISS com Santos

Executivos temem fuga de cargas e aumento de preços com reajuste de imposto municipal sobre atividades portuárias

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Entidades empresariais ligadas ao setor portuário querem negociar a proposta de reajuste, de 3% para 5%, da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) de atividades realizadas no cais santista. A ideia é que os empresários se reúnam entre hoje e amanhã com o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), para discutir a questão.

Há duas semanas, as prefeituras de Santos e Guarujá encaminharam, a seus legislativos, projetos de lei para reajustar o ISS apenas para atividades portuárias. A matéria precisa ser aprovada até o próximo dia 31 e, segundo as administrações municipais, pode garantir um aumento na receita anual de R\$ 64 milhões e R\$ 40 milhões às cidades, respectivamente. No total, 320 empresas serão afetadas.

Ontem, entidades do setor se reuniram na sede do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) para debater os tópicos que serão discutidos com o prefeito. Federação Nacional dos Portuários (Fenop), Associação

IMPACTO

“O reflexo é na cadeia logística nacional porque todo produto importado ou exportado sofrerá um impacto nos seus custos logísticos e, obviamente, isso será repassado à comunidade como um todo”

José dos Santos Martins
diretor-executivo do Sopesp

Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL), Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC) e Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA) participaram do encontro, assim como Associação Comercial de Santos (ACS), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). “Considerando que a maior



Empresários se reuniram ontem, na sede do Sopesp, para debater pauta do encontro com prefeito

ria das categorias tem uma posição contrária, por ser um aumento muito impactante para os seus custos logísticos e operacionais, o objetivo dessa reunião é de uma negociação sim-

É importante deixar claro que o Sopesp já encaminhou ofício ao prefeito pedindo essa abertura e tenho certeza absoluta que, da parte dele, será bem aceita”, destacou o diretor-execu-

tivo do Sopesp, José dos Santos Martins.

Segundo o executivo, a ideia é que seja formado um pequeno grupo com representantes da iniciativa privada, para que

a questão seja discutida com a Administração Municipal. A expectativa é de que cinco entidades participem das reuniões com o prefeito.

INICIATIVA

Todo o esforço dos operadores portuários tem por trás o temor de que o reajuste do ISS traga prejuízos ao Porto, uma fuga de cargas para outros complexos portuários e até demissões de trabalhadores nos terminais.

“O reflexo é na cadeia logística nacional porque todo produto importado ou exportado sofrerá um impacto nos seus custos logísticos e, obviamente, isso será repassado à comunidade como um todo. Será uma grande preocupação do nosso segmento, por exemplo, com uma fuga de cargas para outros portos. Abre uma probabilidade de, ao perder carga, a gente perder renda e receita no Porto de Santos”, destacou Martins.

Procurada, a Prefeitura de Santos informou que não recebeu nenhum pedido de reunião com o prefeito sobre o assunto. Informou, ainda, que será criado um grupo técnico de trabalho para aprofundar as discussões que envolvem o setor portuário, conforme discutido com entidades.

“A gente aguarda que até que seja pautada essa questão do ISS, a gente tenha um encontro com o senhor prefeito e possamos encontrar um denominador comum que seja bom para ambas as partes”, afirmou o diretor-executivo do Sopesp.



Proposta das prefeituras de Santos e Guarujá aumenta de 3% para 5% o ISS sobre serviços portuários

Projeto de lei aguarda parecer de vereador

■ O projeto de reajuste de 3% para 5% da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) das atividades portuárias precisa do parecer de apenas um parlamentar para que entre na sessão plenária da Câmara Municipal. O vereador Chico Nogueira (PT), que já se manifestou contra o aumento do tributo, tem cinco dias úteis para formalizar seu voto.

O plano de reajuste do ISS precisa passar por três comissões da Câmara. Duas delas já deram pareceres favoráveis à medida proposta pela Prefeitura de Santos: Finanças e Orçamento e Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Resta apenas a apreciação pela comissão de Assuntos Portuários e Marítimos da casa. Ela é composta pelos vereadores Zequinha Teixeira (PSD), Lincoln Reis (PR) e Chico Nogueira (PT). O primeiro se posicionou contra o reajuste ontem. Já o segundo foi a favor do projeto da Administração Municipal.

PRAZO

“Regimentalmente, ele (o vereador Chico Nogueira) tem cinco dias úteis para se posicionar. Considerando que ele recebeu hoje (ontem) o projeto, tem até segunda, mas nada impede que envie antes e o projeto seja incluído na pauta”

Adilson Júnior, presidente da Câmara

Segundo o presidente da Câmara, Adilson Júnior (PTB), Nogueira precisa votar até o início da próxima semana. “Regimentalmente, ele tem cinco dias úteis para se posicionar. Considerando que ele recebeu hoje (ontem) o projeto, tem até segunda, mas nada impede que envie antes e o projeto seja incluído na pauta”.

Segundo Adilson, caso o vereador apresente seu posicionamento até amanhã, o projeto de lei pode ser incluído na

sessão ordinária do mesmo dia. Caso contrário, a votação deve ficar para a próxima segunda-feira.

No dia em que a matéria for apreciada no plenário da Câmara, todos os vereadores precisarão votar, nominalmente, os pareceres das três comissões. A Administração Municipal precisa de metade mais um dos votos dos parlamentares para aprovar o projeto.

A tendência é que o parecer da Comissão de Assuntos Portuários e Marítimos seja contrário, já que Zequinha Teixeira votou contra o reajuste e Chico Nogueira já expressou a mesma opinião. Neste caso, os demais vereadores podem derrubar esse entendimento e aprovar o projeto do Executivo.

“Dia 14 é o último dia do calendário legislativo, mas nada impede que eu peça uma sessão extra até o dia 31”, destacou o presidente da Câmara Municipal.